



VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19

VERIFICATION ON THE SITUATION OF THE FOOD BANK OF POÇOS DE CALDAS-MG AND ITS REPERCUSSION ON THE FIGHT AGAINST FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY DURING THE COVID-19 PANDEMIC PERIOD

VERIFICACIÓN SOBRE LA SITUACIÓN DEL BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG Y SU REPERCUSIÓN EN LA LUCHA CONTRA LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL DURANTE EL PERÍODO DE PANDEMIA DEL COVID-19

Gabriele Lopes Forte Flor¹, Luiz Felipe de Paiva Lourenção²

e381753

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i8.1753>

PUBLICADO: 08/2022

RESUMO

Os Bancos de Alimentos caracterizam-se como importantes Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, contribuindo para o combate à fome da população, exercendo, sobretudo neste tempo de Pandemia de COVID-19, como uma ação estratégica ao combate à insegurança Alimentar e Nutricional. Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise situacional do Banco de Alimentos de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, e ainda, analisar as ações de combate à fome no período atual. Trata-se de um estudo observacional com abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizando-se como um Estudo de Caso e utilizando-se manuais operacionais, documentos internos e registros como instrumentos de coleta. Pela análise realizada, verifica-se que o Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG está em consonância com as orientações do Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos do Ministério da Cidadania, e durante o período de pandemia, vem contribuindo de forma efetiva para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional dos moradores da cidade, através de ações estratégicas para promover o Direito Humano à Alimentação Adequada, como campanhas, ações de arrecadação de alimentos e devidas distribuições à comunidade e entidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Alimentar e Nutricional. COVID-19. Política Pública.

ABSTRACT

Food Banks are characterized as important Public Equipment for Food and Nutrition Security, contributing to the fight against hunger in the population, exercising, especially in this time of the COVID-19 Pandemic, as a strategic action to combat Food and Nutrition insecurity. This work aims to make a situational analysis of the Food Bank of Poços de Caldas, in the south of Minas Gerais, and also to analyze the actions to combat hunger in the current period. This is an observational study with a qualitative and quantitative approach, characterized as a Case Study and using operational manuals, internal documents and records as collection instruments. From the analysis carried out, it appears that the Food Bank of Poços de Caldas-MG is in line with the guidelines of the Operational and Management Guide for Food Banks of the Ministry of Citizenship, and during the pandemic period, has been contributing in an effective way to guarantee the Food and Nutritional Security of the city's residents, through strategic actions to promote the Human Right to Adequate Food, such as campaigns, food collection actions and proper distributions to the community and local entities.

KEYWORDS: Food and Nutrition Security. COVID-19. Public Policy.

¹ Nutricionista, Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL-MG

² Mestre em Ciências da Saúde, Universidade Federal de Lavras - UFLA. Doutorando em Ciências da Pediatria, Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP. Professor Universitário da Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL - MG



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

RESUMEN

Los Bancos de Alimentos se caracterizan por ser un importante Equipamiento Público para la Seguridad Alimentaria y Nutricional, contribuyendo a la lucha contra el hambre en la población, ejerciendo, especialmente en esta época de Pandemia del COVID-19, como una acción estratégica para combatir la inseguridad Alimentaria y Nutricional. Este trabajo tiene como objetivo hacer un análisis situacional del Banco de Alimentos de Poços de Caldas, en el sur de Minas Gerais, y también analizar las acciones para combatir el hambre en el período actual. Se trata de un estudio observacional con enfoque cualitativo y cuantitativo, caracterizado como Estudio de Caso y utilizando manuales operativos, documentos internos y registros como instrumentos de recolección. Del análisis realizado, surge que el Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG está en línea con las directrices de la Guía de Operación y Gestión de Bancos de Alimentos del Ministerio de la Ciudadanía, y durante el período de la pandemia, viene contribuyendo de manera forma efectiva de garantizar la Seguridad Alimentaria y Nutricional de los habitantes de la ciudad, a través de acciones estratégicas de promoción del Derecho Humano a la Alimentación Adecuada, tales como campañas, acciones de recolección y distribución adecuada de alimentos a la comunidad y entidades locales.

PALABRAS CLAVE: Seguridad Alimentaria y Nutricional. COVID-19. Política pública.

INTRODUÇÃO

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é um direito social previsto em lei pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Para que este direito seja exercido é necessário que haja Políticas Públicas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) que é definida segundo Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006) como:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Desta forma, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) pode ser entendida como toda forma de limitação deste direito, impossibilitando o acesso a uma alimentação adequada. Para Josué de Castro, médico e geógrafo que defendia uma política de Estado que garantisse o acesso à alimentação, a fome poderia ser entendida como a expressão biológica dos males sociológicos. Para ele, a fome não era causada pela escassez de alimentos produzidos, mas sim pela desigualdade social ocasionada pela inadequada distribuição de renda. Desta forma, é necessário que haja uma política de alimentação que garanta não apenas a produção, mas também a distribuição/acesso aos alimentos de maneira adequada (CASARIL K; CASARIL C, 2011; MELO *et al.*, 2017).

No Brasil, uma das maneiras para classificar o grau de IAN domiciliar é a utilização da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), a qual para sua elaboração foi utilizado como modelo o Indicador Cornell, criado nos Estados Unidos (KEPPLE; SEGALL-CORRÊA, 2011). A EBIA é utilizada em diversas pesquisas de âmbito nacional, dentre elas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), que identificou 22,6% dos domicílios com algum grau de IAN (BRASIL, 2014).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), onde a Segurança Alimentar e a Insegurança Alimentar foram medidas pela EBIA, apontam que em 2022, o número de domicílios com moradores passando fome saltou de 9% (19,1 milhões de pessoas) para 15,5% (33,1 milhões de pessoas). Esses dados representam que 55,2% dos domicílios brasileiros estavam em condições de Insegurança Alimentar (IA) e 9,0% conviviam com a fome (REDE PENSSAN, 2022).

A IAN não é caracterizada apenas pela ausência total de alimentos, onde há três graus de classificação, sendo que a IAN leve é quando há uma preocupação ou incerteza em relação ao acesso aos alimentos, a IAN moderada quando existe uma redução quantitativa de alimentos entre os adultos e a IAN grave, quando há redução da quantidade de alimentos entre crianças e fome entre adultos e criança (BEZERRA et al., 2020).

Em 2006, através do Art. 3º da Lei nº 11.346 foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), para promoção da SAN no país (BRASIL, 2010). A PNSAN proporciona, portanto, uma articulação de programas e ações para promoção da SAN, tendo como foco dois eixos, um de acesso aos alimentos como os Programas de Transferência de Renda (PTR), Banco de Alimentos e Restaurantes Populares; e o outro eixo de fortalecimento da Agricultura Familiar (CUSTÓDIO; YUBA; CYRILLO, 2013).

Assim, os Bancos de Alimentos se caracterizam como ações estratégicas da PNSAN para contribuir com a garantia da SAN, por meio da redução do desperdício de alimentos. Por tanto, são espaços físicos que recebem e captam alimentos para posteriormente distribuí-los (BRASIL, 2020). Desta forma, este trabalho tem por objetivo fazer uma análise situacional do Banco de Alimentos de Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais, usando como parâmetro a PNSAN e o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, do Ministério da Cidadania, e ainda, apontar as suas contribuições, neste período de pandemia, à valorização da SAN.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo observacional com abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizando-se como um Estudo de Caso. Por se tratar de um Projeto de Intervenção do Estágio Curricular Obrigatório em Nutrição Social, a pesquisa teve início em março de 2021 e terminou no mês de maio do mesmo ano. O estudo selecionou o único Banco de Alimentos do município de Poços de Caldas - Minas Gerais, o qual é conveniado com o Ministério da Cidadania.

Instrumentos de Pesquisa

Para realização deste trabalho realizou-se o levantamento de dados dentro do Banco de Alimentos, analisando-se os documentos internos, como Manual de Boas Práticas, Lei Municipal de SAN, Regimento Interno, Plano Municipal de SAN e também informações disponíveis em sites do



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabrielle Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

Métodos para Avaliação

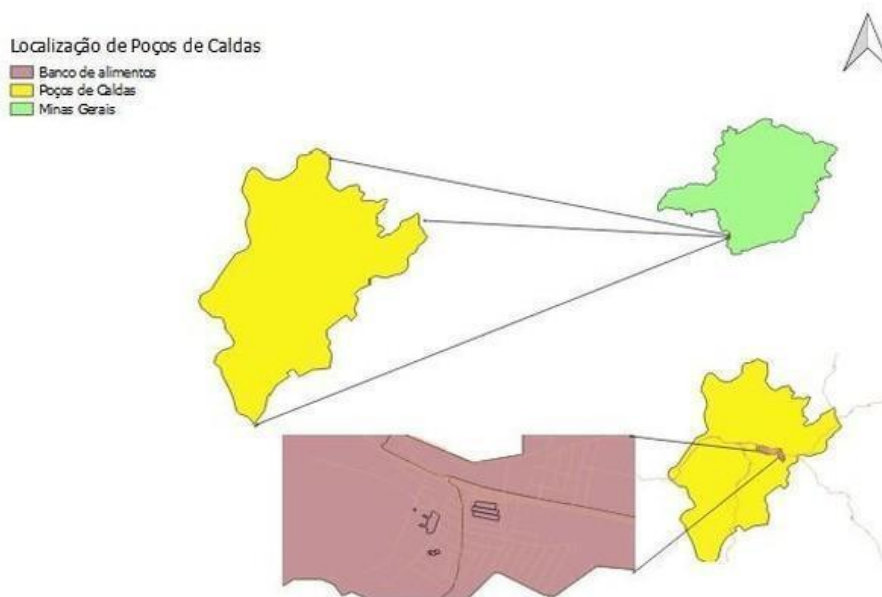
Os dados sobre o funcionamento operacional do Banco de Alimentos foram analisados de acordo com o que está preconizado em manuais e documentos de referência do Ministério da Cidadania, tal como o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos e a PNSAN.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do Município

O município de Poços de Caldas é localizado na mesorregião sul/sudoeste do estado de Minas Gerais (Figura 1). Não apresenta sistema costeiro-marinho e seu bioma é composto pela Mata Atlântica. Apresenta uma área de 547,061 km² a qual é dividida entre zona rural e urbana, tendo esta, 27 bairros, respectivamente (IBGE, 2019).

Figura 1- Mapa de localização municipal e do Banco de Alimentos, Poços de Caldas-MG.



Fonte: Google open street maps, QGIS, 2021.

O Banco Municipal de Alimentos de Poços de Caldas – BMA/Poços de Caldas, criado pela Lei nº 9.054, de 2 de junho 2015, regulamentado pelo Decreto nº 11.623, de 1º de julho de 2015, localiza-se dentro do Centro de Abastecimento - CEASA de Poços de Caldas, na região leste da cidade, onde também se localizam dois Centros de Referência Assistência Social (CRAS) dentre os sete existentes na cidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO
AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Art. 3º. O BMA/Poços de Caldas tem como objetivo a coleta, acondicionamento e armazenamento de produtos e gêneros alimentícios, perecíveis ou não, desde que em condições de consumo humano, assim como a distribuição dos produtos e gêneros arrecadados e/ou adquiridos, para equipamentos sociais vinculados à Administração Municipal e entidades assistenciais privadas regularmente constituídas, e pessoas ou famílias contempladas pelos programas sociais mantidos pelos governos federal, estadual e municipal (POÇOS DE CALDAS, 2015).

Atualmente a estimativa da população de Poços de Caldas-MG é de 168.641 pessoas, das quais 51,7% são do sexo feminino e 48,3% do sexo masculino, 97,6% residem em área urbana e 2,4% em área rural. Em relação à faixa etária, 13,34% da população são idosos e 19,82% são de crianças menores de 15 anos. Há uma proporção de pessoas com baixa renda (rendimento inferior a $\frac{1}{2}$ salário-mínimo) de 14,41% e 3,47% com rendimento inferior a $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo ^[10]. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, famílias que vivem com renda de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo *per capita* ou menos, apresentam prevalência de 28,6% de insegurança alimentar grave (IBGE, 2014). Desta forma, fica evidente que quanto menor a renda maior o risco de IAN.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO
AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Tabela 1- Características demográficas, econômicas e sociais, Poços de Caldas-MG.

CARACTERÍSTICA DO MUNICÍPIO		FONTE
População último censo (2010)	152.435	IBGE, 2010
População (Estimada 2020)	168.641	IBGE, 2020
Participação Agricultura no PIB- 2010	39.433,69	IBGE, 2019
Participação Indústria no PIB (2010)	1.557.943,60	IBGE, 2019
Participação Serviços no PIB (2010)	3.882.217,24	IBGE, 2010
Taxa da população que vive com menos de 1/4 de um Salário-mínimo (2010)	3,47%	IBGE, 2010
IDHM (2010)	0,779	PNUD, 2013
Famílias inscritas no CadÚnico	16.526	BRASIL, 2014
PAA em operacionalização	Sim	BRASIL, 2014
Lei Municipal de SAN	Sim	BRASIL, 2014
Plano Municipal de SAN	Sim	BRASIL, 2014
Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em funcionamento	Sim	BRASIL, 2014
Dotação orçamentária específica para SAN	Sim	BRASIL, 2014
Cozinha Comunitária	Não	-
Restaurante Popular	Sim	BRASIL, 2014

Fonte: dados da pesquisa.

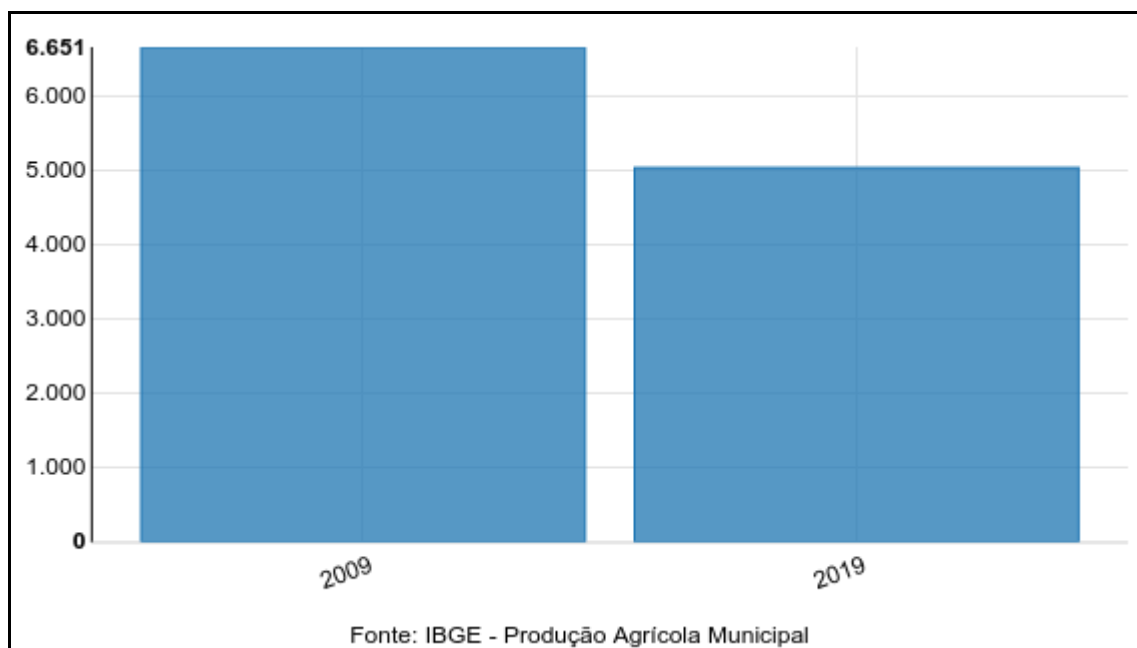
Conforme apresentado na Tabela 1, nota-se que o município possui um Banco de Alimentos e um Restaurante Popular, ambos desenvolvidos a partir da criação da Lei Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Municipal de SAN, conseqüentemente há um orçamento específico para SAN e a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Outra característica importante apresentada é a taxa de indivíduos que vivem com menos de ¼ de um salário-mínimo, que é de 3,47%. Segundo o último censo de 2010, havia 1.112 indivíduos em situação de extrema pobreza, ou seja, cuja renda domiciliar per capita estava abaixo de R\$70,00, logo 0,7% da população vivia nessa situação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Figura 2- Área plantada ou destinada à colheita no ano de 2009 e 2019.



Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal, 2020.

Conforme apresentado na Figura 2, no ano de 2009, a área plantada era de 6651 hectares, já em 2019 esta área passou para 5.030 hectares, logo houve uma redução de 25% da área destinada a esse fim. Apesar da redução desta área não configurar necessariamente a perda de produtividade, pois há tipos de lavouras que utilizam técnicas de manejo que favorecem o ganho da produção mesmo com a redução da área, como no caso do café, muitas outras lavouras diminuem a produtividade ao se reduzir o tamanho de terra plantada (CONAB, 2014). Pode-se citar como exemplo de redução da produtividade no município, a banana, a qual no ano de 2009 foi de 308 toneladas e em 2019 passou para 255 toneladas; o mesmo ocorreu com a batata inglesa que teve uma produtividade de 16.250 e em 2019 caiu para 9.000 toneladas.

Estado nutricional da população

Para avaliar o perfil nutricional da população, utilizou-se dados SISVAN (BRASIL, 2015). Para isso, realizou-se um levantamento de dados do ano de 2014 e 2020 para comparar se houve alteração desse perfil nutricional, visto que o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional foi criado em 2014 e em 2015 implantaram o Banco de Alimentos no município como uma das estratégias de fortalecimento da SAN municipal.

Entre as crianças de zero a cinco anos, é possível perceber que houve uma redução de 3,17% para 1,53% de crianças com magreza acentuada; já o total de crianças desta mesma faixa etária com estado nutricional classificado como magreza aumentou de 2,2% para 2,58%. Em 2014, 55,33% estavam eutróficas, em 2020 havia um total de 67,7%, no mesmo ano também houve uma



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

redução de crianças com risco de sobrepeso de 18,3% para 16,6%; na classificação de sobrepeso a redução foi de, de 8,8% para 5,5% e com obesidade reduziu de 12,2% para 5,5%.

Em relação às crianças na faixa etária de 5 a 7 anos, nota-se a redução significativa de crianças com magreza acentuada, em 2014 havia um total de 3,25% e em 2020 apenas 0,3%. Das classificadas com magreza houve uma redução de 2,4% para 1,8%. Houve um aumento dos que se apresentavam eutróficos de 61% para 63,5%. Em relação aos que estavam com sobrepeso não houve alteração, havendo um total de 18% nos dois anos. Já os que estavam com obesidade tiveram uma pequena redução de 8,2% para 7,8%; com obesidade grave o aumento foi um pouco mais significativo, pois aumentou de 6,8 para 8,2%.

As crianças entre 7 e 10 anos, verifica-se uma redução de magreza acentuada de 2% para 1,7%; dos que estavam com magreza a redução foi de 1,8 para 1,7%. Na classificação de eutrofia houve uma redução de 63% para 55%, este fato pode ser explicado pelo aumento dos que se apresentavam com obesidade e obesidade grave que foi de 8,9% para 14,8% e 4,4% para 8,4% respectivamente. Dos que estavam com sobrepeso houve uma redução pequena de 19,6 para 18%.

Em relação aos adolescentes do município, houve redução dos que estavam classificados com magreza acentuada de 2,2% para 0,7%; a redução dos que estavam com magreza foi pouco significativa de 2,6% para 2,3%. Em relação a eutrofia houve uma redução de 65,6% para 59,2%, assim como em outras faixas etárias esta diminuição é decorrente ao aumento dos apresentaram-se com sobrepeso e obesidade. No caso do sobrepeso o aumento foi de 20% para 20,5%; com obesidade o aumento foi de 7,6% para 12,9% e com obesidade grave aumentou de 1,7% para 4%.

Já em relação aos adultos, percebe-se uma redução de baixo peso de 4,3 para 2%. Entretanto, o número de eutróficos também reduziu de 33,6% para 26,9%. Em relação aos que apresentaram sobrepeso não houve alteração significativa, pois reduziu de 33,9% para 33,4%, entretanto este percentual populacional é significativo. Em todos os níveis de obesidade houve aumento, no grau I aumentou de 17,2 para 22,9%, no grau II aumentou de 7% para 9,7 e no grau III o aumento foi de 3,6% para 4,8%.

No grupo de idosos, nota-se a redução de idosos com baixo peso de 13,6% para 12,8%. O número de eutróficos reduziu de 40% para 33,6%, tal como em outras faixas etárias a explicação para essa redução é o aumento do total de sobrepeso que foi de 51,4% para 53,5%.

E no último grupo analisados, as gestantes, conclui-se que houve uma redução significativa de gestantes com baixo peso de 17,3% para 12,4%. Não diferente dos outros grupos, também houve redução das gestantes eutróficas de 36,4% para 30,5%, já as gestantes com sobrepeso houve um aumento de 26,2% para 28,9% e com obesidade aumentou de 20% para 28,12%.

Entre os anos de 2014 e 2020 houve uma melhora do estado nutricional de crianças de 0 a 7 anos, conforme apresentado nos gráficos 1 e 2, houve redução de casos de desnutrição e aumento de crianças eutróficas. Entretanto, nos demais grupos etários como crianças de 7-10 anos, adolescentes, adultos, idosos e gestantes é possível perceber a diminuição percentual de eutróficos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

devido ao aumento de pessoas com sobrepeso e obesidade. Esta transição nutricional, caracterizada pela diminuição de pessoas com desnutrição e aumento do excesso de peso, pode ser explicada pela mudança do perfil alimentar, ou seja, o aumento de alimentos processados e ultraprocessados. Esse fenômeno da transição nutricional acontece devido às mudanças nos padrões socioeconômicos e da agricultura (POPKIN, 1998).

Conforme dados do SISVAN, nota-se que houve uma redução percentual de pessoas com desnutrição no município de Poços de Caldas-MG, mas estes dados não são suficientes para afirmar que as políticas de SAN implantadas foram eficazes para reduzir o número de pessoas com fome. Segundo Souza *et al.*, (2017) a implantação de SAN apenas, não é suficiente para acabar com a fome e desnutrição, pois a fome pode surgir também em situações momentâneas como por exemplo em guerras ou catástrofes naturais como o terremoto e tsunami de Tohoku no Japão (2011) e o rompimento das barragens da Samarco em Mariana, no ano de 2015. Desta forma, é possível citar como exemplo atual de consequência da redução ao acesso aos alimentos a atual pandemia da COVID-19, que gerou aumento do desemprego e diminuição da renda de muitas famílias brasileiras (COSTA, 2020).

Operacionalização do Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG

Trata-se de uma instituição, que tem por objetivo receber alimentos oriundos de doações para posteriormente distribuí-los gratuitamente às instituições que prestam serviços assistenciais e as pessoas em situação de insegurança alimentar cadastradas nos Centro de Referência de Assistência Social. Desta forma, a ação do Banco de Alimentos se caracteriza como estratégia de SAN, garantindo, portanto, o DHAA (LIMA GUEDES *et al.*, 2018).

Além disso, o trabalho deste equipamento público colabora para a redução do desperdício de alimentos visto que, recebe alimentos que não apresentam valor comercial, mas que ainda assim possuem condições de alimentar uma parcela da população. O Banco de Alimentos também contribui para a promoção da agricultura familiar, devido à aquisição de alimentos pelo PAA, que consiste na compra de alimentos da agricultura familiar através de verba pública com a dispensa de licitação. Este programa é executado através de um termo de adesão firmado entre o agricultor e o estado e município, no entanto para que o agricultor forneça estes alimentos ele deve ter uma declaração de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que é um outro programa nacional para identificar as unidades familiares de produção agrária, para possibilitar que o agricultor tenha acesso às Políticas Públicas de incentivo à produção e geração de renda. Atualmente há 74 agricultores familiares do município de Poços de Caldas cadastrados no PAA.

Após receber alimentos do PAA e doações, o banco faz uma triagem para selecionar os alimentos, descartando aqueles que não estão aptos ao consumo humano daqueles que estão bons, depois armazena e então distribui quinzenalmente para 140 famílias cadastradas nos CRAS, através de uma “cesta verde” composta de verduras e frutas. A distribuição desta cesta ocorre por intermédio



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO
AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

de uma Lei Municipal de Benefícios Eventuais (Lei Complementar 186/2016 de Poços de Caldas-MG). Semanalmente 39 instituições assistenciais cadastradas também recebem doações, dentre estas há hospitais, instituições de longa permanência, orfanatos, APAE, entre outras. Cada instituição tem um dia certo da semana para retirar estas doações, a quantidade e variedade depende do estoque disponível no dia da doação. No caso das famílias, elas mesmas retiram as doações ou no caso daquelas que não conseguem se deslocar até o Ceasa, há um carro do CRAS que faz a retirada, já as instituições buscam estes alimentos em carros próprios ou emprestados, mas o Banco de Alimentos não faz entrega de doações. O carro do banco é utilizado apenas para buscar doações e não para distribuí-las.

O Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG funciona 30 horas por semana. Sua equipe é composta por uma nutricionista, um coordenador, uma auxiliar administrativa, e sete pessoas contratadas para serviços gerais. Todos os colaboradores foram admitidos através de concurso público, com exceção do coordenador que foi contratado.

Estrutura Física

Conforme O quadro 1, realizou-se um comparativo da infraestrutura do Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG com o recomendado pelo Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, o qual determina que o espaço físico atenda às normas sanitárias estabelecidas pela RDC nº 216/2004 (BRASIL, 2004), Portaria nº 326/1997 (BRASIL, 1997), Portaria nº 1428/1993 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde (BRASIL, 1993).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Quadro 1- Infraestrutura do Banco de Alimentos, Poços de Caldas-MG, 2021.

Área	Banco de Poços de Caldas-MG
Setor administrativo, salas e banheiros separado dos locais de circulação dos alimentos	Conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Banco de Alimentos.
Cozinha experimental para atividades educativas (opcional)	Há uma cozinha, mas não funciona para este fim.
Setor de recepção, com área coberta para carga e descarga	Conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Banco de Alimentos.
Setor de seleção e triagem	Conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Banco de Alimentos.
Setor de fracionamento e embalagem quando aplicável	Não se aplica.
Setor de armazenamento- despensa seca	Conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Banco de Alimentos.
Setor de armazenamento- refrigerador/congelador	Conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Banco de Alimentos.
Setor de expedição	Conforme recomendações do Guia Operacional e de Gestão para Banco de Alimentos.
Setor de descarte	Não há um setor específico.

Fonte: dados da pesquisa.

Composição da Equipe

Apesar do Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos apresentar uma recomendação da composição da equipe, a recomendação inicial é que esta equipe seja composta



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabrielle Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

conforme a operacionalização do local. Entretanto, há uma recomendação de composição mínima para o bom funcionamento de um Banco de Alimentos, conforme apresentado no quadro 2.

Quadro 2- Composição da equipe, Poços de Caldas-MG, 2021.

Profissional	Especificação	Banco de Poços de Caldas-MG
Responsável Técnico	Que seja da área de alimentos, conforme exigências da Portaria nº 1.428/1993, do Decreto nº 77.052/1976 e da Lei nº 6.437/1977	Nutricionista contratada através de concurso público.
Equipe administrativa	Controle da rotina do Banco de Alimentos, auxiliando a gestão e a equipe técnica na condução dos processos operacionais e na interlocução com os atores externos.	Possui apenas uma auxiliar administrativa.
Equipe operacional	Equipe responsável pelo trabalho de transacionar, de forma adequada e segura, os alimentos recebidos e doados pelo Banco de Alimentos.	Possui sete funcionários que compõe a equipe operacional.

Fonte: dados da pesquisa.

Instrumentos legais e operacionais do Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG

O Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG foi implantado por meio de mecanismos legais e funciona por meio de instrumentos organizacionais conforme a tabela abaixo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO
AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Tabela 2 – Instrumentos legais e organizacionais do Banco de Alimentos de Poços de Caldas, Minas Gerais, 2021.

Instrumento	Presença/Ausência
Lei de criação	Presença
Regimento Interno	Presença
Manual de Boas Práticas (MBP)	Presença
Procedimento Operacional Padrão (POP)	Presença
Alvará de funcionamento	Presença
Alvará/Licença sanitária	Presença

Fonte: dados da pesquisa.

A Lei nº 9.054 de 02 de junho de 2015 dispõe sobre a criação do Banco de Alimentos de Poços de Caldas, que faz parte da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do município, através da Secretaria de Promoção Social.

O Banco de Alimentos de Poços de Caldas possui um regimento interno desde o ano de 2016, que detalha toda operacionalização, entretanto este documento encontra-se desatualizado, pois nele constam algumas informações que não são mais realizadas no local, como por exemplo o horário de funcionamento.

Há um Manual de Boas Práticas (MBP) no local, o qual foi desenvolvido pela nutricionista no ano de 2016, ele contém todos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP) do estabelecimento, que são: POP de higienização de instalações, equipamentos e móveis; POP de higienização e desinfecção do reservatório de água; POP de controle integrado de pragas; POP sobre higiene e saúde dos manipuladores; POP sobre seleção de matérias primas e POP sobre controle de temperatura de perecíveis sob refrigeração. O alvará de funcionamento foi fornecido ao estabelecimento no ano de 2015, entretanto encontra-se desatualizado desde 2019.

Parceiros doadores

O Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG recebe doações de doadores sistemáticos, que são os comerciantes do Ceasa da cidade e também os agricultores cadastrados no PAA, os quais fazem as vendas com doações simultaneamente. Além destes, há os doadores eventuais, principalmente os doadores de gêneros não perecíveis, que realizam as doações esporadicamente ou quando há alguma campanha de arrecadação. O banco faz a sensibilização dos potenciais parceiros doadores através das redes sociais e do rádio e TV local, além disso, recebem qualquer indivíduo que desejar conhecer melhor o trabalho para assim fazer as doações. Todavia, independentemente do tipo de doador, não há qualquer tipo de cadastro, apenas um controle da entrada da quantidade de doações.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Relação com instituições/ entidades, organizações e famílias

Toda e qualquer instituição ou pessoa que recebe algum tipo de doação através do Banco de Alimentos precisa ter um cadastro. No caso das famílias, elas são cadastradas pelos CRAS, os quais definem se a pessoa receberá algum benefício conforme a renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo, no caso das cestas básicas e no caso da cesta verde ainda é necessário um laudo médico de alguma doença crônica. Já as instituições realizam o cadastro no próprio banco e assim recebem gêneros alimentícios para produção de refeição no local.

Captação de alimentos e formação de estoques operacionais

Conforme o quadro 3, no Banco de Alimentos de Poços de Caldas há vários meios para formar o estoque operacional e captar alimentos.

Quadro 3 - Composição do estoque.

Origem	Descrição	Representatividade do estoque
Captação de alimentos oriundos de perdas e desperdícios	Arrecadação dos comerciantes do Ceasa e agricultores familiares.	47,7%
Captação de alimentos em campanhas solidárias	Este tipo de captação ocorre ocasionalmente para arrecadar gêneros não perecíveis	8,4%
Captação de alimentos via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Compra alimentos da agricultura familiar, com a verba destinada ao PAA.	43,9%

Fonte: dados da pesquisa.

Segundo o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos, a composição do estoque deve ser de pelo menos 25% de produtos de Combate às perdas e desperdícios de alimentos e no caso de programas como o PAA não deve ultrapassar 75% da composição do estoque. Desta forma, nota-se que a captação de alimentos oriundos de doações para combater o desperdício foi maior que os 25% preconizados, totalizando 47,7% e os alimentos adquiridos via PAA não ultrapassou os 75% do total do estoque (Quadro 3).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Entrega de doações e logística de coleta

O Banco de Alimentos não faz nenhuma entrega de doações, as instituições são responsáveis por retirar os alimentos doados semanalmente. Já as famílias buscam as doações quinzenalmente e no caso daquelas que não podem fazer a retirada, o CRAS faz este serviço e leva até as residências.

A maior parte dos alimentos perecíveis são entregues pelos próprios doadores, mas o banco possui um veículo próprio caso necessite fazer a retirada, principalmente durante as campanhas de arrecadação de gêneros não perecíveis.

Ações educativas

As ações educativas realizadas pelo Banco de Alimentos contribuem para a garantia do DHAA, para promover as práticas alimentares saudáveis. Assim, os processos educativos desenvolvidos pelo banco podem perpassar por diversas temáticas e serem desenvolvidos pelos gestores, nutricionista, estagiários, assistente social, psicólogo e colaboradores do setor público da saúde ou educação, engenheiro de alimentos e voluntários. Seguindo estas orientações, o Banco de Alimentos de Poços de Caldas desenvolve, principalmente, ações de Educação Alimentar e Nutricional, que são desenvolvidas pelas estagiárias de Nutrição.

Prestação de Contas

O Banco de Alimentos é um equipamento público, implantado com a Lei municipal de SAN, consequentemente os gestores do banco não administram recursos financeiros, tampouco têm acesso direto à verba municipal destinada a SAN. Todavia, mensalmente é realizada a prestação de contas com o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional e a Secretaria de Promoção Social, conforme preconiza o Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos. Esta prestação de contas apresenta a quantidade total de alimentos que entrou no mês e a origem (doação, campanha ou PAA), assim como o destino da doação.

CONTRIBUIÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS À VALORIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA PANDEMIA DA COVID-19

Com o início da pandemia da COVID-19, surgiu a necessidade de se fazer o isolamento social, consequentemente aumentou-se a taxa de desemprego e renda, afetando os mais vulneráveis. Desta forma, a pandemia gerou redução do poder de compra de muitos indivíduos, dificultando até mesmo o acesso a uma alimentação adequada. Por tanto, cabe ao Estado desenvolver ações para minimizar o efeito negativo da pandemia na vida econômica destes indivíduos e garantir o direito à uma alimentação adequada (ALPINO *et al.*, 2020).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Campanhas de doações de alimentos

O foco principal do Banco de Alimentos de Poços de Caldas é captar e distribuir alimentos perecíveis para reduzir o desperdício na produção agrícola, entretanto, desde o começo da pandemia da COVID-19, iniciou-se campanhas eventuais para arrecadação de alimentos não perecíveis, a fim de contribuir para a garantia ao acesso de alimentos para indivíduos em IAN. Desta forma, conforme mostra o Quadro 4, no mês de março e abril arrecadou-se um total de 23.752 kg de alimentos não perecíveis.

Quadro 4 - Quantidade de alimentos não perecíveis doados em março e abril de 2021.

Origem da doação	Março/2021	Abril/2021
Pessoa jurídica	0	10.410,10Kg
Campanha no <i>Drive Thru</i> da vacina contra a COVID-19	1.901,00 Kg	3.740,68Kg
Campanha Conexão Solidária	0	4.002,00Kg
Campanha Cervejaria Gonçalves	0	3.500,00Kg
Campanha Clube Caldense	0	198,20Kg
Total de alimentos	1.901,00Kg	21.850,98Kg

Fonte: dados da pesquisa.

Ações emergenciais durante a pandemia

Além das campanhas de arrecadação de alimentos não perecíveis durante o mês abril até dezembro de 2020, implantou-se como ação temporária a “cesta verde emergencial”. O requisito para receber este benefício é renda per capita de até $\frac{1}{4}$ de salário-mínimo e o laudo médico que comprove a presença de Doença Crônica Não Transmissível (DCNT), todavia, nesse período abriu-se exceção para todos os indivíduos que chegavam até o Banco de Alimentos para solicitar o benefício. Desta forma, a quantidade de cestas verdes doadas aumentou significativamente, antes da pandemia o número doado por semana era em torno 20, com o início da cesta emergencial a quantidade chegou a 70 por semana. Este benefício foi encerrado em dezembro, assim, essas famílias foram orientadas a buscarem o CRAS para realizar o cadastro, e terem sua situação avaliada para continuar ou não recebendo a cesta.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabrielle Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Logística da entrega dos alimentos

Os alimentos arrecadados nas campanhas são retirados dos locais e transportados com veículo próprio para o BA. Estes alimentos passam por uma triagem para descartar os que estão vencidos e depois são contabilizados e então armazenados. Alguns alimentos são enviados para as entidades assistenciais (quadro 5), as quais vão até o Banco de Alimentos para fazer a retirada da doação. Outros alimentos fazem parte da composição de cestas básicas que são montadas e armazenadas até que as famílias encaminhadas pelo CRAS façam a retirada, mas para isso é necessário apresentar um documento que comprove a autorização.

Quadro 5 - Lista de Entidades Assistenciais cadastradas no Banco de Alimentos, Poços de Caldas-MG, 2021.

Entidades	Categoria
Santa Casa	Hospital Filantrópico
Associação de Assistência aos Deficientes Visuais-AADV	Associação de reabilitação e habilitação.
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas-CAPS AD	Casa de acolhimento
Lar dos velhinhos	Casa de longa permanência
Centro de Atenção Psicossocial-CAPS Girassol	Centro de Atenção Psicossocial
Capoeira	Associação
Associação dos Deficientes Físicos de Poços de Caldas- ADEFIP	Associação
Deus e Caridade	Albergue
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE	Associação
Associação do Voluntariado Contra o Câncer-AVOCC	Associação
Associação Lenços ao Vento- ALV	Associação
Centro Pop	Casa de acolhimento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR

ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Lar Criança Feliz	Casa de acolhimento
Bem Viver	Associação
Casa Viva	Abrigo
Fonte de Vida	Associação
Travessia	Casa de passagem
Vinha do Senhor	Casa de longa permanência
Asilo de Botelhos	Casa de longa permanência
Hospital de Botelhos	Hospital
Hospital Santa Lúcia	Hospital
Gota de Leite	Instituição socioassistencial
Asilo de Campestre	Casa de longa permanência
Lar do menor São Camilo	Casa de acolhimento
Casa do Menor	Casa de acolhimento
Casa Trilhar	Casa de acolhimento
Elvira Dias	Casa de longa permanência
Associação Metodista Ação Social- AMAS	Associação
Assistência Social Emanuel - ASE	Entidade socioassistencial
Associação das Damas de Caridade	Casa de longa permanência
Chácara Santa Clara	Associação
Chácara São Francisco	Casa de acolhimento
Serviços de Obras Sociais- SOS	Entidade socioassistencial
Associação de Promoção Humana e Ação Social-APHAS	Casa de acolhimento



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Casa da Criança	Instituição assistencial
Pastoral da Criança	Instituição assistencial
Casa do Caminho	Instituição assistencial
Grupo Escoteiro Pinheiros	Associação

Fonte: dados da pesquisa.

Repercussões das ações

O trabalho de divulgação é fundamental para fortalecer o trabalho de um Banco de Alimentos, pois muitas pessoas que podem ser doadoras de alimentos e indivíduos que podem ser beneficiados desconhecem o trabalho deste equipamento. Desta forma, o trabalho da mídia repercute positivamente no aumento de doações ao divulgar as campanhas realizadas ou até mesmo a existência e finalidade do banco, visto que determinados programas televisivos são transmitidos também em cidades vizinhas. Sempre que possível o Banco de Alimentos de Poços de Caldas divulga seus trabalhos na televisão e rádio local. Como exemplo da repercussão que a mídia proporciona, a campanha de doações de alimentos não perecíveis que foi divulgada via Canal Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV) arrecadou em apenas um dia 4.002,00 Kg (Quadro 4), maior quantidade arrecadada em um dia de campanha.

Impacto na Segurança Alimentar e Nutricional dos moradores da cidade

O trabalho do Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG contribui de forma efetiva para garantir a SAN dos moradores da cidade, através de ações estratégicas para promover o DHAA (DHAA) dos mais vulneráveis socioeconomicamente. De tal modo, desde o início da pandemia da COVID-19, iniciou-se ações emergenciais para que estas ações atingissem um número maior de pessoas, que tiveram suas rendas comprometidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Banco de Alimentos de Poços de Caldas-MG é um importante Equipamento Público de SAN, que viabiliza o acesso ao DHAA através de Políticas de SAN. Além disso, também colabora para redução do desperdício de alimentos visto que, recebe alimentos que não apresentam valor comercial, mas que ainda assim, possuem condições de alimentar uma parcela da população. Este Banco de Alimentos está em consonância com as orientações do Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos e o Guia de Boas Práticas para Banco de Alimentos, atendendo às diretrizes de uma PNSAN.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

REFERÊNCIAS

ALPINO, T. M. A.; SANTOS, C. R. B. S.; BARROS, D. C.; FREITAS, C. M. COVID-19 e (in)segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cad. Saúde Pública**, v. 36, n. 8, p. e00161320, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00161320>

BEZERRA, M. S.; JACOB, M. C. M.; FERREIRA, M. A. F.; VALE, D.; MIRABAL, I. R. B.; LYRA, C. O. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, p. 3833-3846, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2010; 26 ago. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm.

BRASIL. **Guia Operacional e de Gestão para Bancos de Alimentos**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, 2020. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20\(1\).pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/guia_banco_alimentos_16-10%20(1).pdf).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA**: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014. (Estudo Técnico 1).

BRASIL. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/marcadores_consumo_alimentar_atencao_basica.pdf.

BRASIL. **Portaria MS nº 1428 de 26 de novembro de 1993**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos, Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos, Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ's) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos. Diário Oficial da União, 1993. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1993/prt1428_26_11_1993.html.

BRASIL. **Portaria SVS/MS nº 326 de 30 de julho de 1997**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Diário Oficial da União, 1997. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1997/prt0326_30_07_1997.html.

BRASIL. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

BRASIL. **Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília; 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html.

CASARIL, K. B. P. B.; CASARIL, C. C. A fome para Josué de Castro e a discussão sobre a Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v. 13, n. 18, p. 145-171, 2011. DOI: <https://doi.org/10.48075/rfc.v13i18.7979>

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento de Safra Brasileira Grãos: v. 1 SAFRA 2013/14, nº 12, Décimo Segundo Levantamento Setembro/2014**. Brasília, DF: Companhia Nacional de Abastecimento, 2014. 151 p.

COSTA, S. S. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 969-978, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200170>

CUSTÓDIO, M. B.; YUBA, T. Y.; CYRILLO, D. C. Política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: uma análise da alocação de recursos. **Rev Panam Salud Publica**, v. 33, n. 2, p. 144-150, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Monografias Municipais: Sudeste/Minas Gerais, Poços de Caldas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/monografias/3151800.pdf>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama de Poços de Caldas-MG**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pocos-de-caldas/panorama>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio: segurança alimentar 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

KEPPLE, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000100022>

LIMA GUEDES, M.; VITAL, T.; MENELAU, A.; COSTA, J. Programa Banco de Alimentos do Serviço Social do Comércio em Pernambuco: uma Abordagem Sistêmica. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v. 13, n. 4, p. 1005-1022, 2018. DOI: <https://doi.org/10.12957/demetra.2018.36696>

MELO, Z. M.; BRUM, M. F.; SILVA, A. M. C. S.; MEIRA, D. D.; SALES, M. D. C. Marcos Referenciais na trajetória da Segurança Alimentar e Nutricional: panorama mundial e nacional. **Revista Pensar Acadêmico**, v. 15, n. 1, p. 95-108, 2017.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano dos Municípios**. Brasília: PNDU, 2021. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>.

POPKIN, B. M. The nutrition transition and its health implications in lower-income countries. **Public Health Nutr.**, v. 1, n. 1, p. 5-21, Mar. 1998. DOI: 10.1079/phn19980004

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS. Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar – SEMAS. Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

VERIFICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO BANCO DE ALIMENTOS DE POÇOS DE CALDAS-MG E SUA REPERCUSSÃO
AO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO PERÍODO DE PANDEMIA DE COVID-19
Gabriele Lopes Forte Flor, Luiz Felipe de Paiva Lourenção

Sustentável de Poços de Caldas/MG – CAISANS. **Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇOS DE CALDAS. Secretaria Municipal de Promoção Social. Regimento Interno do Banco de Alimentos Municipal. **Decreto nº 11623. Dá regulamentação à Lei nº 9054, de 02 de junho de 2015, que dispõe sobre a Criação do Banco Municipal de Alimentos do Município de Poços de Caldas/MG e dá outras providências**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 2015. Disponível em: http://200.195.60.10/leis/decretos/decretos_11623.pdf.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil (II VIGISAN)**: relatório final. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar – PENSSAN. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>.

SOUZA, N. P.; LIRA, P. I. C.; FONTBONNE, A.; PINTO, F. C. L.; CESSE, E. A. P. A (des)nutrição e o novo padrão epidemiológico em um contexto de desenvolvimento e desigualdades. **Ciência & Saúde Coletiv**, v. 22, n. 7, p. 2257-2266, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017227.03042017>